



26 de novembro de 2019

REJEITAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E O PLANO DE CARREIRA.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Reforma da Previdência de Doria e a mesma de Bolsonaro-Guedes.
- A "Carreira" de Doria é para o professor correr dela.

POR UMA GREVE UNIFICADA DO FUNCIONALISMO

O governo Doria/PSDB quer impor mais sacrifícios ao funcionalismo. O objetivo é o mesmo de Bolsonaro: cortar recursos da educação, da saúde e de outros serviços públicos, com a finalidade de sustentar o pagamento da gigantesca dívida pública. Para enfrentar tamanha ofensiva, é preciso uma poderosa greve. Os professores são a maioria do funcionalismo. Sabemos que uma greve só do magistério, dificilmente, derrubaria a reforma da Previdência. A nossa força está na unidade e nas grandes mobilizações de rua, de todos os servidores do estado. Sabemos, também, que uma greve

passiva não derruba a reforma, porque se trata de uma ação centralizada, que vai, desde Bolsonaro, até os governos estaduais e municipais.

Nesse sentido, a assembleia deve aprovar:

1. o início da greve;
2. um chamado à greve unitária do funcionalismo;
3. as assembleias e manifestações de rua conjuntas;
4. a constituição de comitês de luta nos bairros, em apoio à greve, e em defesa das reivindicações dos explorados.

A hora é agora

Todo final de ano, tem sido uma tormenta aos professores. Salários arrochados, salas de aula fechadas, e desemprego e subemprego. Desde agosto, as escolas enfrentam as imposições dos projetos privatizantes, PEI, Novotec, Inova e outros. Essa situação tem causado profundo descontentamento do professorado. Não bastando isso, volta e meia, os governos lançam os planos de reforma da Previdência, e as mudanças na carreira. Geralmente, aproveitam o final do ano, quando os servidores já estão esgotados, e a possibilidade do enfrentamento direto, às vezes, se torna mais difícil, para

impor as reformas e medidas que cortam na carne as conquistas do magistério. Como o trabalhador não escolhe a hora de lutar, é preciso reagir. E o momento é agora, quando Doria tem pressa em aprovar a reforma da Previdência e o tal plano de carreira.

É importante que lembremos de duas experiências negativas, que marcaram os servidores públicos. A que ocorreu no ano passado, quando o prefeito Covas colocou em votação a reforma da Previdência, no término do ano letivo. E, quando da aprovação dos planos de carreira do magistério paulista,

Lei 444, 27 de dezembro, e a Lei 836, 30 de dezembro, sempre no final do ano. Como se tratava do final do ano, não houve um combate à altura. O governo acabou vencendo. Como se vê, a tática dos governantes é aproveitar o apagar das luzes para golpear.

Há também experiências negativas, por parte das direções sindicais, como a de canalizar o descontentamento dos servidores para a Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. Nesse campo de "pressão" parlamentar, quem sempre perde são os trabalhadores. Esse é o terreno das negociatas em favor

da burguesia e de seus governos. Os exemplos citados acima falam por si só.

Agora, estamos diante do mesmo problema: Doria lançou a reforma da Previdência e um plano de carreira. Um violento ataque, também no final do ano. As direções sindicais têm conduzido o descontentamento do funcionalismo para a Assembleia Legislativa. Al-

guns deputados de oposição começam a pedir o adiamento da votação para o próximo ano, desviando o foco do enfrentamento para a armadilha da prorrogação. Todo cuidado é pouco! A nossa luta é para derrubar a reforma da Previdência e o plano de carreira de Doria. Para isso, o caminho é a luta direta, agora, e nas ruas.

A assembleia deve aprovar:

- 1.a rejeição integral da reforma da Previdência e o plano de carreira. Nada de submeter o movimento ao jogo parlamentar. É preciso parar as escolas, as repartições públicas e ganhar as ruas, com marchas gigantescas;
- 2.os métodos próprios dos trabalhadores para enfrentar o governo Doria.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE DORIA E A MESMA DE BOLSONARO-GUEDES

A reforma visa a aumentar a contribuição de 11% para 14%. O que significa empobrecer mais o funcionalismo, que, há anos, não tem o reajuste salarial. Doria sequer cumpriu a decisão da Justiça de pagar os 10,15% ao magistério. Agora, quer arrancar mais 3% do miserável salário. Só isso é o suficiente para rechaçar a reforma. Mas não para aí. Acaba com a diferença entre o professor e professora, uma conquista das mulheres, em função da dupla jornada de trabalho. Ambos terão de trabalhar no mínimo por 25 anos. Impõe a idade mínima de 57 e 60 anos, para professoras e professores, respectivamente. Ou seja, obriga a mulher trabalhar mais 7 anos e o homem, mais 5 anos. No entanto, para conseguir uma aposentadoria integral, que é de fome no magistério, é preciso contribuir por 40 anos. Caso contrário, na melhor das hipóteses, o professor receberá 70% dos salários.

Eis aí a desgraça! Temos de trabalhar mais, contribuir com mais dinheiro e se aposentar com salário menor. Como a maior parte do professorado é feminino, a desgraça vem em dobro, porque temos de trabalhar 7 anos a mais, e continuar com a dureza da dupla de jornada. No caso de usar as tais regras de transição, o salário de aposentado sequer dará para comprar os remédios na velhice.

Como se vê, temos motivos de sobra para aprovar a greve. Paralisemos as escolas e ganhemos as ruas. Não é hora e fingir que nada acontece. O final do ano está aí e a luta não tem hora marcada para começar. A reforma da Previdência de Doria só será derrubada por meio de um forte movimento grevista de todo o funcionalismo.

A “Carreira” de Doria é para o professor correr dela

Doria pretende colocar mel na boca do professorado. Apresentou um plano de carreira que, supostamente, daria um reajuste de mais de 50%. Esse é o mel. Mas, por trás, está o verdadeiro amargor. Isso por que, ao aderir ao plano, o professor renuncia da sexta-parte, quinquênios e gratificações. E os salários serão transformados em subsídios. Na hora de aposentar, isso virá pó. Reforça a prova por mérito, única forma para evoluir na tal carreira. Portanto, a evolução depende da nota obtida na prova.

Essa é uma forma de contrato precarizado, que envolve todos os professores, efetivos ou não. Doria quer criar uma camada de professores que abdica de conquistas para receber uns trocados a mais, enquanto estiver na ativa.

Como dissemos, Doria, numa só punhalada, pretende impor dois violentos ataques. Não há outra forma, senão ir à luta. Não há o que negociar! É preciso derrubar integralmente esse acinte de Plano de Carreira.